

Indicadores fiscais de São Paulo desde 1997

# **Um histórico de responsabilidade fiscal em prol da população**

# Responsabilidade Fiscal

- A evolução dos indicadores fiscais do Estado de São Paulo, desde a lendária gestão de Mario Covas (1995-1998), passando pelos sucessivos governos de continuidade, mostra a responsabilidade com que as finanças do Estado foram tratadas em todo o período.

# Herança Bendita

- Esse histórico de responsabilidade fiscal foi coroado com uma expressiva melhora dos indicadores fiscais nos últimos anos, deixando ao novo governo uma genuína herança bendita, a ser utilizada em prol da população paulista.

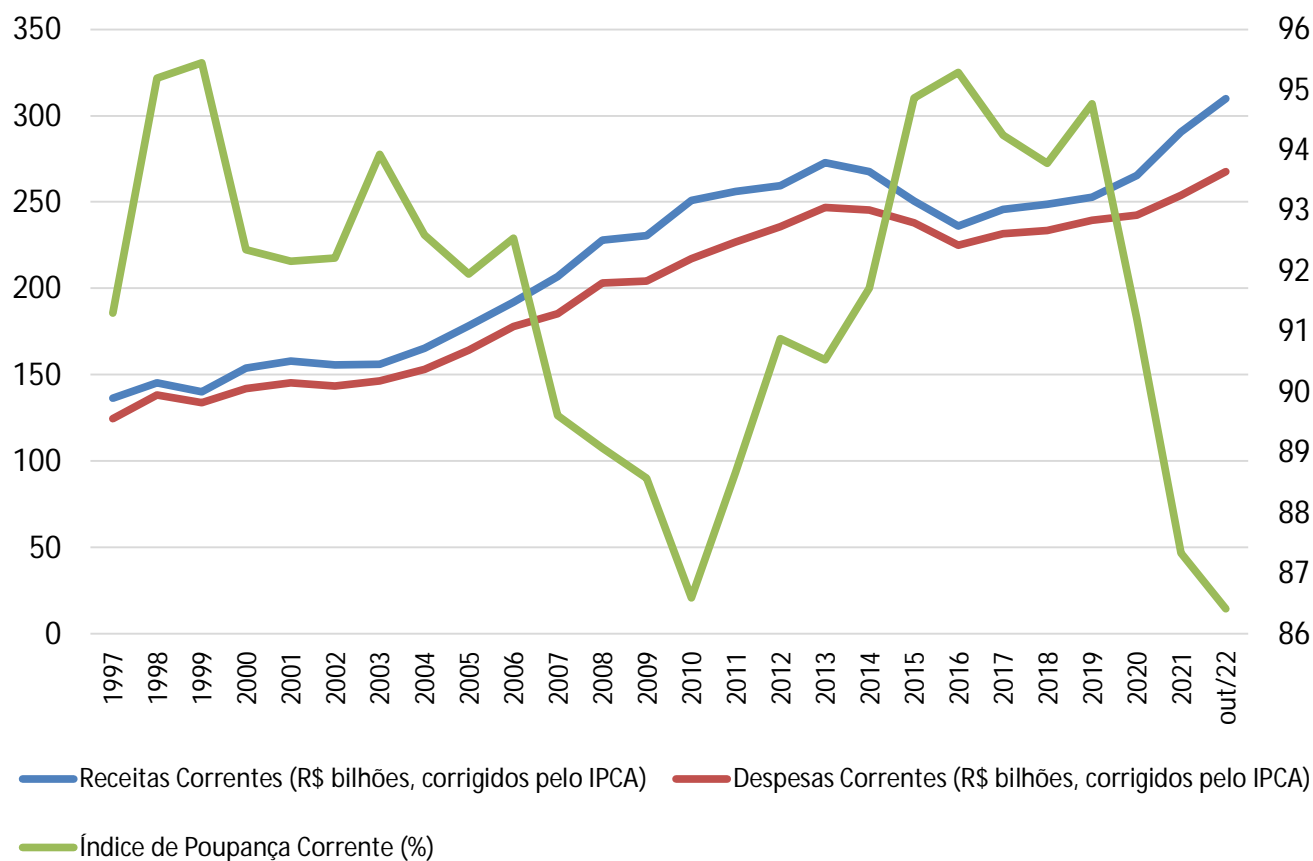
# Indicadores Fiscais

- 1. Índice de poupança corrente: relação entre despesas correntes e receitas correntes. Quanto menor, melhor. Mais espaço para financiar investimentos e manter a dívida sob controle.
- 2. Índice de endividamento: relação entre dívida consolidada líquida (DCL) e a receita corrente líquida (RCL). Quanto menor, melhor. Dívida sob controle mostra a solvência do Estado e mantém o acesso ao financiamento em condições adequadas.

# Indicadores Fiscais

- 3. Disponibilidade de caixa: mostra os recursos disponíveis para arcar com compromissos de curto prazo, evitando problemas de liquidez. Quanto maior, melhor.
- 4. Investimentos: aumenta a oferta e a qualidade do serviço público prestado à população. Quanto maior, melhor. A capacidade de investir depende de indicadores fiscais adequados. Responsabilidade fiscal a serviço da responsabilidade social.

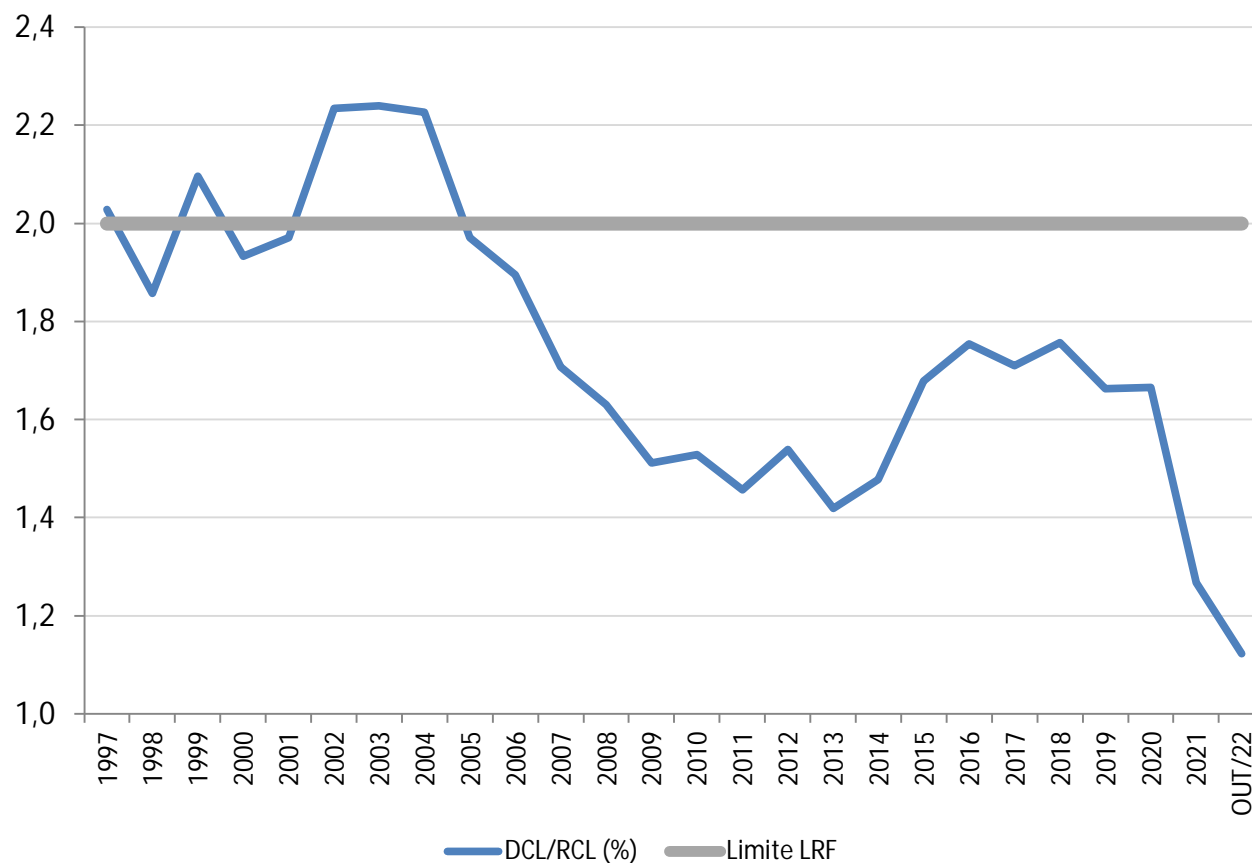
# POUPANÇA CORRENTE ABRE ESPAÇO PARA INVESTIMENTOS



- Índice de poupança corrente (eixo direito) manteve-se abaixo de 95% durante quase todo período, nunca ultrapassando 100%.
- Indicador encontra-se em queda desde 2020, atingindo a mínima histórica de 86,4%, em outubro de 2022.

Fonte: SIAFEM/SIGEO

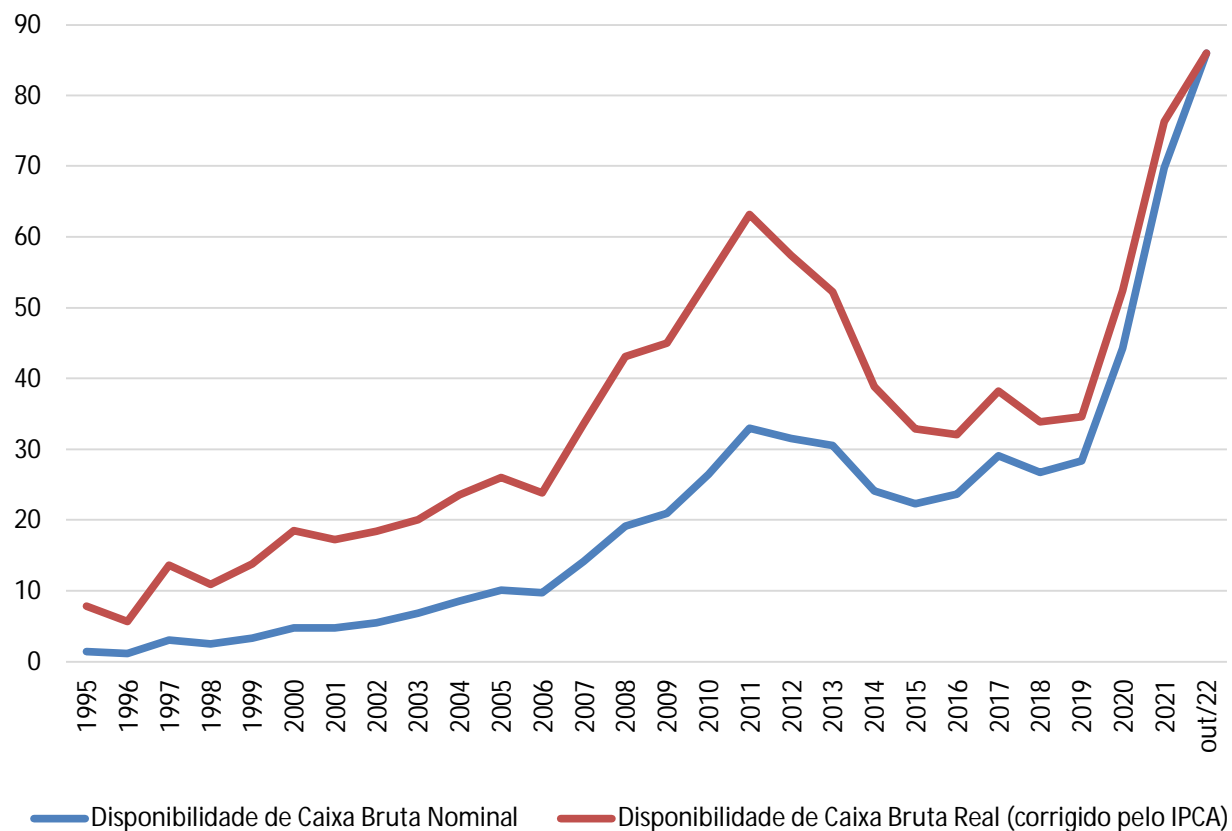
## QUEDA CONSISTENTE DA DÍVIDA ATÉ O MENOR NÍVEL DA SÉRIE



- A partir de 2005, indicador de endividamento iniciou trajetória de queda, respeitando desde então o limite estabelecido pela LRF.
- Mais recentemente, acentuou a queda e em outubro de 2022, atingiu a mínima histórica de 1,12.

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

## ALTA DISPONIBILIDADE DE CAIXA GARANTE A LIQUIDEZ DO ESTADO

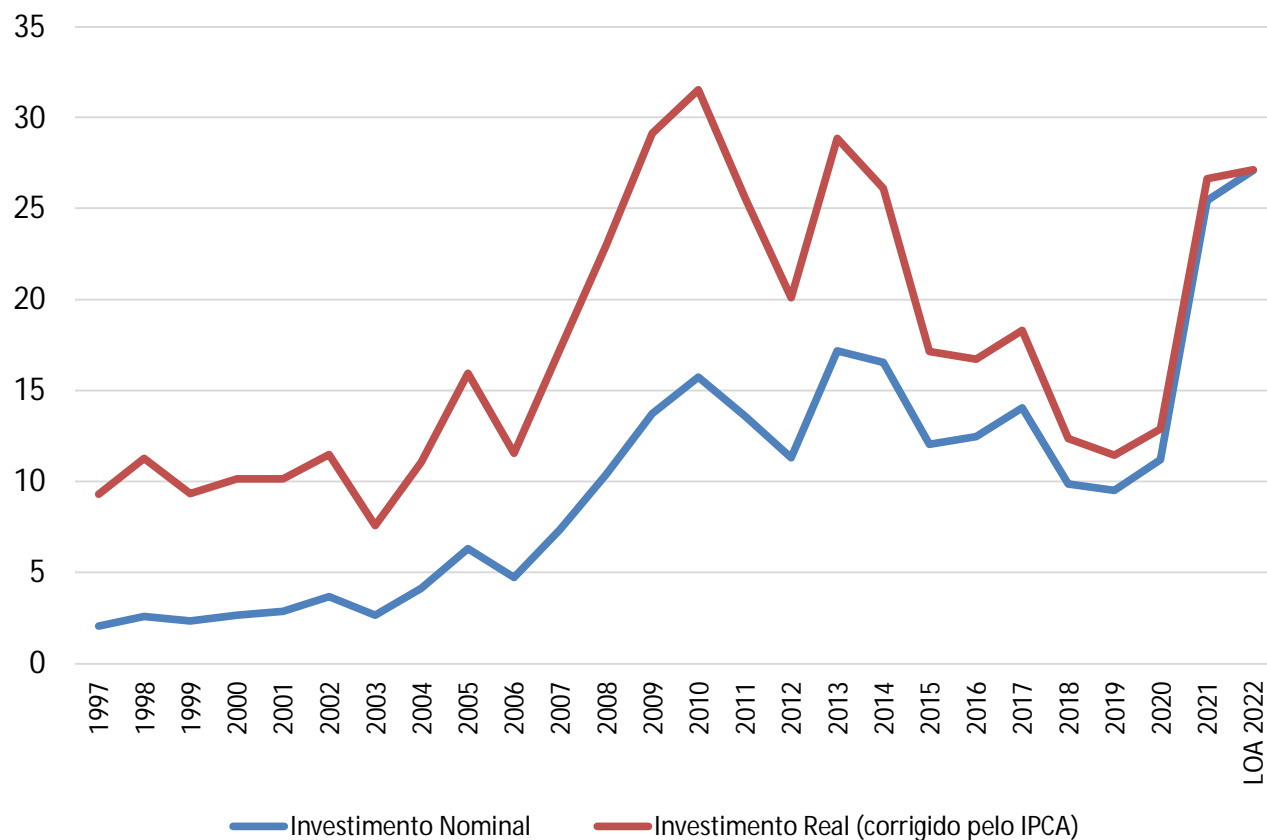


- A disponibilidade de caixa bruta apresentou crescimento real em grande parte do período. Em 2021, era 10 vezes maior do que em 1995.
- Após a queda real e a estabilização do período 2013-2019, o caixa cresceu de modo acentuado, atingindo a máxima histórica de R\$ 86 bilhões, em 2022.

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo



## GOVERNO FINALIZA GESTÃO COM INVESTIMENTOS EM ALTA



- Investimentos cresceram à média real de 7% entre 2002 e 2021.
- Períodos de alta nos investimentos (2007-2010 e 2021-2022) foram caracterizados por fortes aumentos nas receitas.
- R\$ 27 bilhões previstos para 2022 representam alta real de 119% em comparação ao valor investido em 2018.

Fonte: SIAFEM

# A SITUAÇÃO FISCAL POSITIVA de 2022

Valores em R\$ milhões	2022	DOTAÇÃO ATUAL	PROVÁVEL	EMPENHADO		
	LOA	2022	2022	2021	2020	2019
PESSOAL & ENCARGOS	100.212	109.975	109.975	95.903	96.542	91.531
(+) OUTRAS DESP.CORRENTES	70.183	84.266	79.210	65.193	55.917	54.518
(+) SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	7.266	7.623	7.623	9.545	4.944	4.829
(+) INVESTIMENTOS	27.113	30.969	28.269	25.449	11.189	9.498
= DESPESA PRIMÁRIA PRÓPRIA	204.774	232.833	225.077	196.091	168.591	160.377
(+) TRF. A MUNICÍPIOS (QPM)	59.294	62.732	64.280	56.689	46.400	46.013
= DESPESA PRIMÁRIA	264.068	295.565	289.357	252.780	214.992	206.389
(+) SERVIÇO DA DÍVIDA	22.665	20.083	17.422	19.899	6.775	19.755
= DESPESAS ORÇAMENTARIAS	286.733	315.648	306.779	272.678	221.767	226.144
RECEITAS CORRENTES	275.131	308.524	308.524	272.855	226.609	219.652
RECEITA PRIMÁRIA	275.989	302.892	302.892	275.045	227.189	221.550
ICMS (AEFP)	191.483	199.824	199.824	185.062	146.229	143.698
RCL(-)Fundeb; acum.12 meses	196.124	225.015	225.015	197.090	165.231	160.359
RECEITA FINANCEIRA	2.216	8.406	8.406	2.227	810	1.494
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.266	2.585	2.585	1.150	1.364	2.255
ALIENAÇÃO DE BENS	3.322			186	128	286
RECEITA TOTAL	286.795	313.882	313.882	278.609	229.492	225.590
RESULTADO ORÇAMENTO	62	-1.766	7.104	5.930	7.725	-554
RESULTADO CAIXA	62	-1.766	7.104	25.560	15.387	2.644
RESULTADO PRIMÁRIO-cx (meta 2022=\$13,3bi)	11.921	7.327	13.535	41.894	19.859	18.358

- Principais avanços na agenda estrutural:
  - Para racionalizar o gasto público e atender as expectativas dos órgãos de controle: aperfeiçoamento do tratamento dos benefícios fiscais (Resolução 51)
  - Para dinamizar a economia do Estado: (i) aceleração na devolução de créditos acumulados, (ii) regulamentação do Programa Nos Conformes, (iii) estudos estruturais (Ex.: balança comercial interestadual)
  - Para melhorar a gestão fiscal: consolidação do CEARIF
  - Para melhorar o planejamento fiscal e aumentar a eficiência dos programas: avanços no Sistema de Custos, no Plano de Revisão de Gastos e no Plano Fiscal de Médio Prazo

# 1- BENEFÍCIOS FISCAIS

- Examinamos recomendações e ressalvas apresentadas pelo TCE/SP sobre o tema da renúncia fiscal.
- A partir daí, elaborou-se um ato normativo que estabelece diretrizes para o fluxo de análise de demandas a benefícios de natureza tributária.
- Surgiu, então, **a Resolução SFP nº 51, de 02-08-2022**, que traz o passo a passo da tramitação desses pedidos e também informa os critérios que serão levados em consideração para o seu deferimento.
- Além disso, realizamos levantamento dos benefícios tributários de ICMS concedidos no Estado, com a estimativa de impacto, bem como estudos de quantificação referentes às medidas de ajuste fiscal implementadas com base na Lei 17.293/2020.

## 2- OUTRAS MEDIDAS TRIBUTÁRIAS

- Regulamentação de procedimentos simplificados para a apropriação de crédito acumulado por contribuintes classificados nas categorias A+, A e B no Programa de Estímulo à Conformidade Fiscal (Programa “Nos Conformes”);
- Aperfeiçoamento do programa ProAtivo: adoção de critérios adequados a um maior nível de adesão dos contribuintes, sem comprometer as diretrizes do programa, facilitando o deferimento de R\$ 1,5 bilhão em 4 rodadas, concluídas até setembro de 2022;
- Simplificação dos procedimentos para adesão de fornecedores a regimes especiais com o objetivo de evitar acúmulo de crédito de ICMS; e
- Elaboração de estudos relativos a temas estruturais de grande importância para a economia do estado (exemplo: balança comercial interestadual).

### 3- GESTÃO FISCAL E PLANEJAMENTO

- CEARIF: Consolidação do Comitê, com reuniões mensais, registros em atas e desenvolvimento de metodologias, estudos e análises específicas. Projeções de receita sendo revisada mensalmente com base nas mudanças de conjuntura;
- Sistema de Custos: Retomada do Projeto do Sistema de Custos dos Serviços Públicos do Estado, com financiamento PROFISCO II/BID, apoio técnico do FMI e consultoria FIPE. Conclusão do sistema de custos da Secretaria da Educação e início do desenvolvimento dos custos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; e
- Plano de Revisão de Gastos e Plano fiscal de médio prazo: finalização do desenho institucional proposto e preparação dos decretos de implementação.

## 4- SISTEMA DE CUSTOS DO SERVIÇO PÚBLICO

A Secretaria da Fazenda e Planejamento está desenvolvendo um Sistema de Custos dos Serviços Públicos visando:

- Incorporar o elemento custo no planejamento e na definição de indicadores de desempenho;
- Contribuir para aperfeiçoar a formulação do plano plurianual, proposta orçamentária e planos setoriais;
- Prover informações gerenciais para subsidiar tomada de decisões; e
- Disponibilizar aos gestores públicos ferramenta que permita aprimorar a gestão de sua unidade.

São parceiros do projeto, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas - FIPE e o Fundo Monetário Internacional - FMI, contando com financiamento do BID no âmbito do Programa PROFISCO II.

# 4.1- SISTEMA DE CUSTOS DO SERVIÇO PÚBLICO

EDUCAÇÃO: PoC SCSP - Prova de Conceito: Sistema de Custos dos Serviços Públicos

## CUSTO UNITÁRIO: ANÁLISE DOS CUSTOS NAS ESCOLAS E O IDEB



Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

**R\$ 198.247.854**

Custo Total (Escolas)

**41.807**

Média de Alunos Matriculados

**R\$ 395,16**

Custo Unit. Médio Mensal por Aluno ...

**5,80**

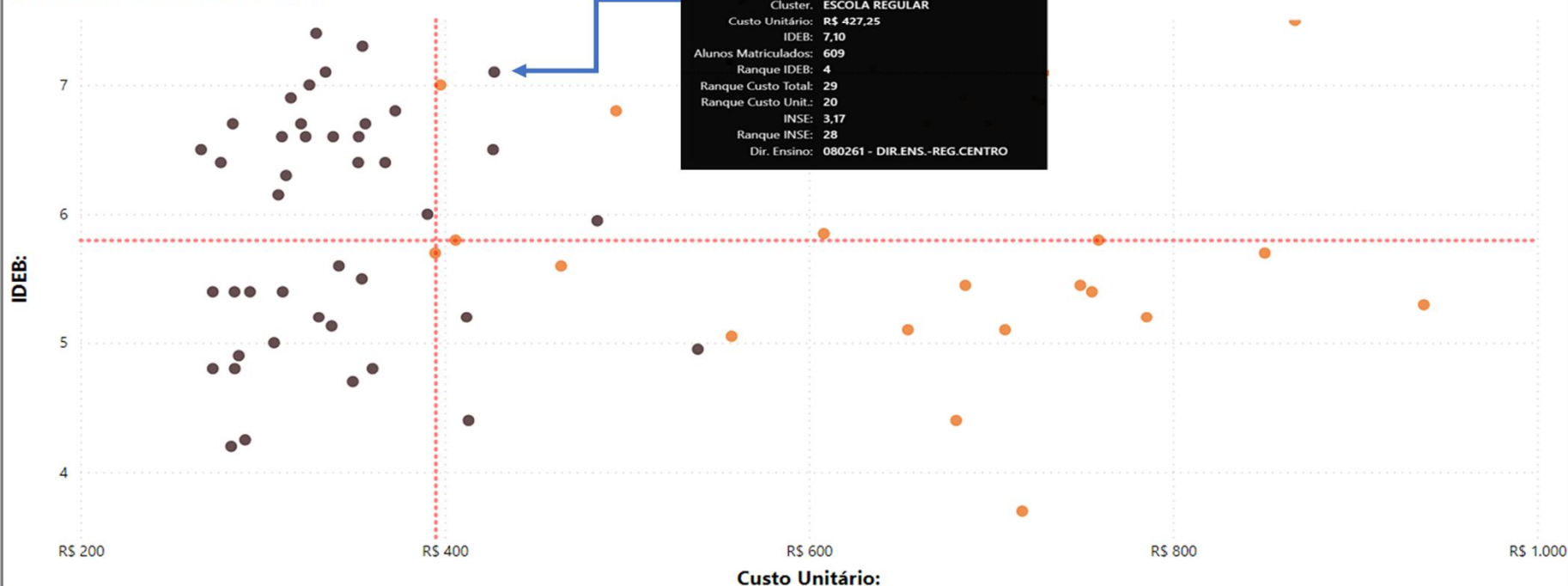
IDEB Médio

**62**

Total de Centros de Custos (Escolas)

### Análise Custo Unitário x IDEB

● ESCOLA INTEGRAL ● ESCOLA REGULAR





## 5- QUESTÕES DE FEDERALISMO

- O envio e a tramitação no Congresso Nacional das LCs 192 e 194, bem como da EC 123, todas de 2022, demandaram grande esforço e tempo da Sefaz no segundo semestre de 2022.
- Mais complexa ainda foi a gestão das consequências das referidas medidas, notadamente a perda de receita de ICMS, estimada em R\$ 13,7 bilhões anuais.
- Desdobramentos: regulamentação interna das mudanças e elaboração de convênios no âmbito do Confaz.
- Adoção de medidas judiciais, a exemplo da ACO 3590 que redundou na compensação de parte das perdas, por meio do abatimento das prestações da dívida junto à União.
- Participação propositiva nas reuniões de conciliação no âmbito do STF, originada da ADPF 984.